

O novo Congresso

Eleições das Presidências, bancadas e primeiras reações políticas

Fevereiro/2019



É preciso estar preparado

A posse dos 513 deputados e 81 senadores na 6ª feira (01/02) foi muito mais do que uma sessão inaugural do Legislativo. Discute-se a 'taxa de renovação' do Congresso Nacional, mas, acima de qualquer interpretação, é fato que os profissionais de Relações Governamentais, como os da PATRI, empresas e associações, que organizam e representam eleitores, cidadãos, contribuintes e consumidores, estão diante de um novo e desafiador cenário institucional. O mínimo que se pode dizer é que assumiu em Brasília um Congresso mais jovem e totalmente conectado, fruto de um ambiente que, desde 2013, exige mais respeito pela coisa pública, mais trabalho, mais transparência e mais objetividade nas propostas e no encaminhamento das soluções. É um Congresso com um perfil que reforça o fim de um tempo em que parlamentares eram autoridades e os cidadãos apenas coadjuvantes.

Este aprofundamento democrático do Legislativo, um Poder aberto por natureza, exige da PATRI e de seus profissionais um monitoramento transparente, amplo e preciso de todos os fóruns e stakeholders que se relacionam com senadores, deputados e assessores, empresas e sociedade civil organizada. O momento exige análises ponderadas e fundamentadas, além de práticas condizentes com um Congresso e uma Esplanada dos Ministérios mais técnicos e mais afeitos, no geral, a discutir assuntos públicos com foco, avaliando e contabilizando benefícios demandados, retornos fiscais e custos sociais.

É preciso estar preparado e ter as informações de qualidade que nos transformam em *advisers* de confiança por saber interpretar um Congresso novo, mas que, apesar de reformado, herda 29 mil proposições nos mais diversos tipos em tramitação até ontem, e que continuarão a tramitar, serão arquivadas, desarquivadas e outras tantas apresentadas. Contem conosco nesta complexa e exaustiva tarefa de informar *on time*, destrinchar e propor as melhores práticas e estratégias para defender seus legítimos interesses.



Marina de Paula
Sócia diretora – Operação Federal



O Planalto encara o desafio do novo Congresso

O Legislativo tem de provar que não será tragado pela tradição da mesmice

- Do Brasil que o eleitor escolheu nas urnas, em outubro passado, faltava dar posse a um Poder, o Legislativo. Deputados e senadores assumiram no fim de semana para a nova legislatura e elegeram os presidentes das duas Casas. Flexibilizando o calendário, pode-se dizer que o governo do Presidente Bolsonaro começou nesta 6ª feira (01/02). No Supremo Tribunal Federal (STF), o Judiciário abriu também os trabalhos do ano.
- O destaque natural, porém, é o evidente desafio imposto agora nas relações entre Executivo e Legislativo. Por duas razões: porque assumiu o mais fragmentado Congresso Nacional da história, com um perfil que mistura um contingente de parlamentares reeleitos, sobreviventes de uma campanha vigorosamente contestadora do status quo, e outro grande contingente de novos deputados e senadores que desembarcam em Brasília para expurgar práticas arraigadas e com o manifesto intuito de não serem tragados pela tradição. O desafio é enorme para os mais velhos, e gigante para os novos. A realidade sempre enquadrou a ilusão da mudança repentina, mas este será, sem dúvida, um Congresso muito diferente.
- É este Congresso que vai desafiar o Planalto a provar que a equipe da articulação política, liderada pelo ministro Onyx Lorenzoni (Casa Civil), vai conseguir estabelecer uma relação que convença os parlamentares a aprovar as propostas do governo Bolsonaro, a começar pela Reforma da Previdência. A articulação política precisa mostrar como se relacionar com um Congresso que foi, em certo sentido, preterido na composição da Esplanada dos Ministérios e, agora, provavelmente, vai estabelecer uma competição pelo protagonismo da governança com o Planalto.

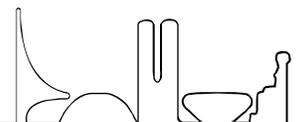


Eleição | Senado: tumulto põe governo em alerta

Min. Onyx Lorenzoni consolida a ressurreição do DEM no governo Bolsonaro



- A imagem institucional do Senado sofreu um abalo com a exibição por longas 12 horas de uma sessão tumultuada que começou no final da tarde de 6ª feira (1º), teve de ser suspensa, disciplinada por uma decisão judicial do Supremo (STF) e só foi terminar no início da noite de sábado (2). Desgaste amplificado pela natural comparação com a tranquila eleição do dep. Rodrigo Maia (DEM/RJ) para a presidência da Câmara (334 votos).
- A corrosão institucional aconteceu no Senado, mas, para o Planalto, o tumulto acendeu a luz amarela do alerta.
- Ao renunciar à candidatura, em meio à segunda votação, o sen. Renan Calheiros (MDB/AL) sinalizou que havia perdido a guerra que escolheu travar contra a preferência do ministro Onyx Lorenzoni (Casa Civil), que defendeu desde o início a candidatura do sen. Davi Alcolumbre (DEM/AP) – candidatura que ganhou também o apoio suprapartidário de lideranças que, usando o peso do Planalto, tinham como objetivo maior derrotar Renan Calheiros. A manobra pró-voto aberto foi desastrada e desautorizada pelo STF, mas com a disputa política escancarada pela decisão de muitos em abrir o voto por livre e espontânea vontade, Calheiros renunciou e transformou a derrota em queixa-denúncia de que era vítima de uma ‘articulação antidemocrática’.
- No saldo final, com a vitória de Alcolumbre, o ministro Onyx travou e ganhou uma disputa dura. O DEM está agora no comando geral do Legislativo, tem três ministros, o apoio do PSDB de Tasso Jereissati e outros pequenos partidos, mas isso ainda não dá ao governo uma base segura.
- Para sorte do Planalto, o processo da reforma da Previdência começa pela Câmara, e Renan Calheiros não parece ter exército disponível para continuar a batalha – mas é um articulador ferido e ferino.



Congresso Nacional

Governo espera reações positivas depois das eleições no Senado e na Câmara



Calendário

1º trimestre de 2019

FEVEREIRO

MARÇO

ABRIL

01 Eleição – Posse dos parlamentares e eleição da Mesa Diretora da Câmara e do Senado

Formação dos blocos partidários para efeito da composição nas Comissões

04 Início dos trabalhos – Sessão Conjunta para a inauguração da Sessão Legislativa e leitura da mensagem presidencial

Projetos e Requerimentos – Com a abertura dos trabalhos, Projetos de Lei, requerimentos de criação de CPI e CESP já podem ser apresentados. Também já pode ser solicitado o desarquivamento de proposições (durante 180 dias)

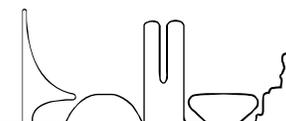
28 Comissões – Até o final do mês, definição dos indicados aos cargos nas Comissões Permanentes

11 Após o Carnaval – Real início dos trabalhos com a previsão de instalação das Comissões Permanentes da Câmara e do Senado

26 CMO – Até a última semana de março ocorrerá a instalação da Comissão Mista de Orçamento

11 100 dias – Fim do prazo dos 100 primeiros dias do governo Bolsonaro

15 LDO – Prazo Final do envio da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ao Congresso



Rodrigo Maia

Presidente da Câmara dos Deputados

- *"Quando virei presidente, não imaginava que o poder era tão grande. Achei que era menor. Você pauta, você defere impeachment, CPI. É muito poder."*
- *"Acho que a Previdência, as questões de reformas administrativas, precisam sair da agenda ideológica e vir pra uma agenda mais racional para que a gente possa construir maiorias pactuadas e aprovar os temas e dar solução para que o investidor tenha mais tranquilidade para investir no Brasil."*

Poderes

- Define quais projetos devem ser pautados para votação
- Cria Comissão Especial (CESP) e CPI
- Arquiva ou dá seguimento a pedido de Impeachment
- Despacha requerimentos (urgências, apensamento e redistribuição de matérias) e projetos às Comissões
- Julga recurso contra decisão de Comissões
- Nomeia relator de Plenário, designa substitutos de membros das comissões e desempata votações



Davi Alcolumbre

Presidente do Senado Federal

- *"Precisamos dar um passo à frente para deixar no passado aqueles que querem se perpetuar no poder. Devemos ser a voz da República e a República é o povo brasileiro. Temos que recuperar nossa imagem pelo exemplo. A expectativa é enorme em relação a nossa atuação."*
- *"Os desafios do atual momento brasileiro são imensos! Cito dois deles, como os mais importantes: por um lado, a complexa crise fiscal que exige reformas urgentes para corrigir as distorções acumuladas ao longo de anos (...) Por outro lado, a profunda crise política que minou a confiança do cidadão nos políticos e na política".*

Poderes

- Convoca e preside sessões do Congresso Nacional
- Propõe a transformação de sessão pública em secreta
- Define a pauta de votação do Plenário
- Define o despacho de matérias às Comissões
- Nomeia relator de Plenário, designa substitutos de membros das comissões e desempata votações
- Define quando serão as sabatinas e a votação em Plenário dos indicados para o STF, Agência Reguladoras e Embaixadas



Mapa de influência – Jair Bolsonaro

Parlamentares próximos do presidente da República



Senadores

Deputados

Câmara dos Deputados

Rodrigo Maia (DEM/RJ) reassume e pode ajudar na Reforma da Previdência



Mesa Diretora

Câmara dos Deputados



Rodrigo Maia
Presidente

Eleito com 334 votos

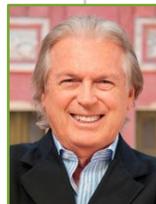
Fábio Ramalho MDB/MG	66
Marcelo Freixo PSOL/RJ	50
JHC PSB/AL	30
Marcel Van Hattem NOVO/RS	23
Ricardo Barros PP/PR	4
General Peternelli PSL/SP	2



1º Vice-presidente

Marcos Pereira – PRB/SP

- Substitui o Presidente em suas ausências ou impedimentos;
- Elabora pareceres sobre os requerimentos de informações e os projetos de resolução.



2º Vice-presidente

Luciano Bivar – PSL/PE

- Examina os pedidos de ressarcimento de despesa médica dos Deputados;
- Interação institucional entre a Câmara e o Poder Legislativo dos Estados e Municípios.



1ª Secretária

Soraya Santos – PR/RJ

- Medidas administrativas.



2º Secretário

Mário Heringer – PDT/MG

- Passaporte diplomático



3º Secretário

Fábio Faria – PSD/RN

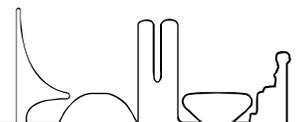
- Reembolso das despesas com passagens aéreas;
- Examina os requerimentos de licença e justificativa de faltas.



4º Secretário

André Fufuca – PP/MA

- Apartamentos funcionais ou Auxílio-moradia.



Mapa de influência – Rodrigo Maia

Deputados próximos do presidente da Câmara



Principais líderes partidários



Deputado
Líder de Governo
Maj. Vitor Hugo
PSL/GO



Líder da Oposição
A definir



Deputado
Delegado Waldir
PSL/GO



Deputado
Arthur Lira
PP/AL



Deputado
Baleia Rossi
MDB/SP



Deputado
Tadeu Alencar
PSB/PE



Deputado
Elmar Nascimento
DEM/BA

Outras Lideranças

PDT – André Figueiredo (CE)
SD – Augusto Coutinho (PE)
PODE – Zé Nelto (GO)
PSOL – Ivan Valente (SP)
PTB – Pedro Lucas Fernandes (MA)
PCdoB – Orlando Silva (SP)



Deputado
Paulo Pimenta
PT/RS



Deputado
André de Paula
PSD/PE



Deputado
José Rocha
PR/BA



Deputado
Jhonatan de Jesus
PRB/RR



Deputado
Carlos Sampaio
PSDB/SP

NOVO – Marcel Van Hattem (RS)
PATRIOTA – Fred Costa (MG)
PROS – Acácio Favacho (AP)
PSC – Gilberto Nascimento (SP)
PPS – Daniel Coelho (PE)
AVANTE – Luis Tibé (MG)

Atribuições

- Encaminhar votação no Plenário com orientação de bancada e fechamento de questão.
- Indicar os membros da bancada para compor as Comissões e, a qualquer tempo, substituí-los.
- Participar dos trabalhos de qualquer Comissão de que não seja membro, sem direito a voto, mas podendo encaminhar votação ou requerer verificação.

Obs.: Na Câmara, PV (4), PMN (3), PTC (2), DC (1) e REDE (1) não atingiram o número mínimo de deputados e não terão direito à estrutura de liderança partidária.



Radiografia da base e da oposição

Tamanho, blocos e perspectivas

245 Base governista

O maior partido (PSL) terá também a bancada mais inexperiente. Bancadas tradicionais devem liderar os trabalhos. DEM, PSDB, PRB, PSD e PP serão fiadores do governo, que ainda não tem base para aprovar as reformas.



Joice Hasselmann

PSL/SP



Alan Rick

DEM/AC



João Roma

PRB/BA

123 Apoio condicionado

Partidos que não estavam na aliança de Bolsonaro (MDB, PSDB) e novas legendas (Novo) vão esperar pelas propostas do Planalto para definir como vão se comportar. Tendem a decidir caso a caso nas votações.



Sérgio Souza

MDB/PR



Lucas Redecker

PSDB/RS



José Medeiros

PODE/MT

145 Oposição

O PT fugiu do isolamento ao formar um bloco de oposição. PT, PSB, PSOL e REDE, com 98 deputados, são a oposição. O bloco pode comandar ainda 5 Comissões e ter apoio de PCdoB, PTB e PDT (48 deputados).



Gleisi Hoffmann

PT/PR



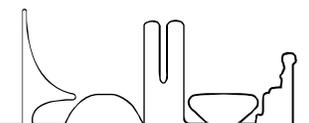
Alessandro Molon

PSB/RJ



Marcelo Freixo

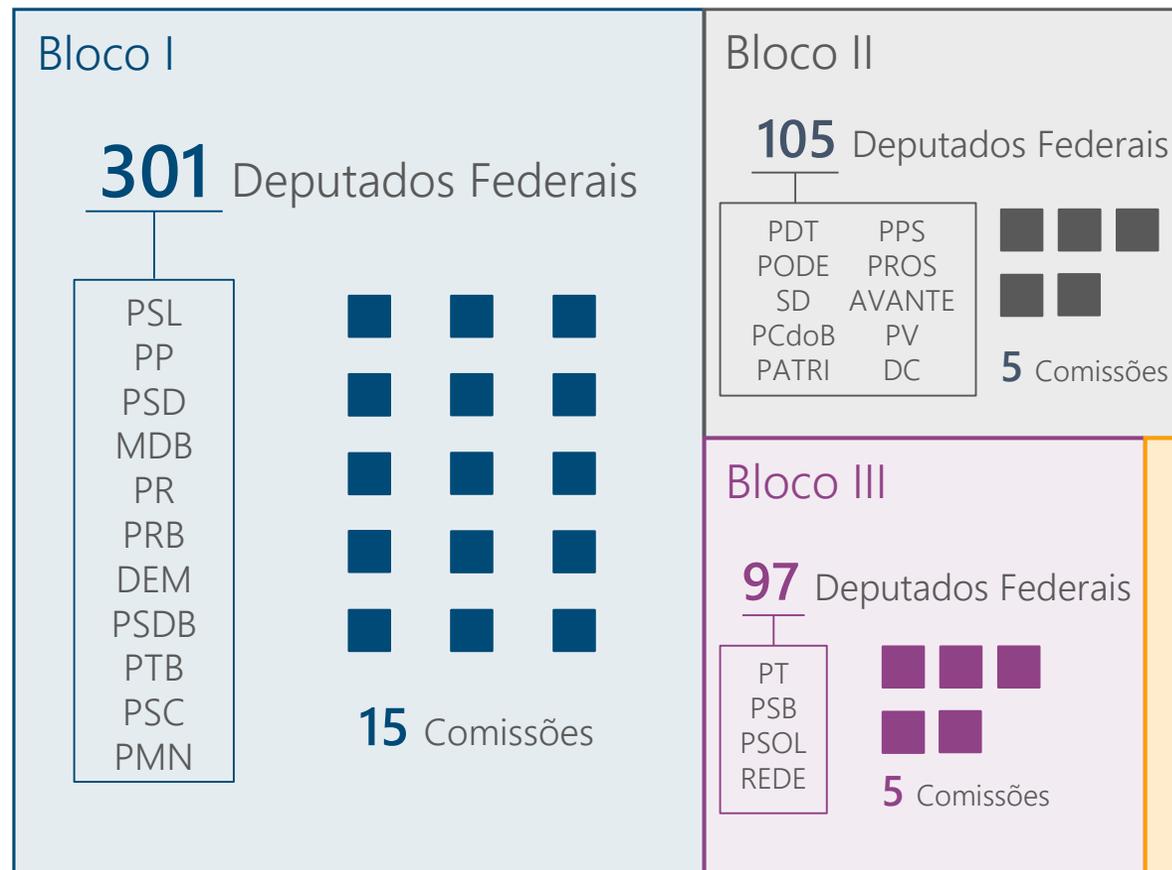
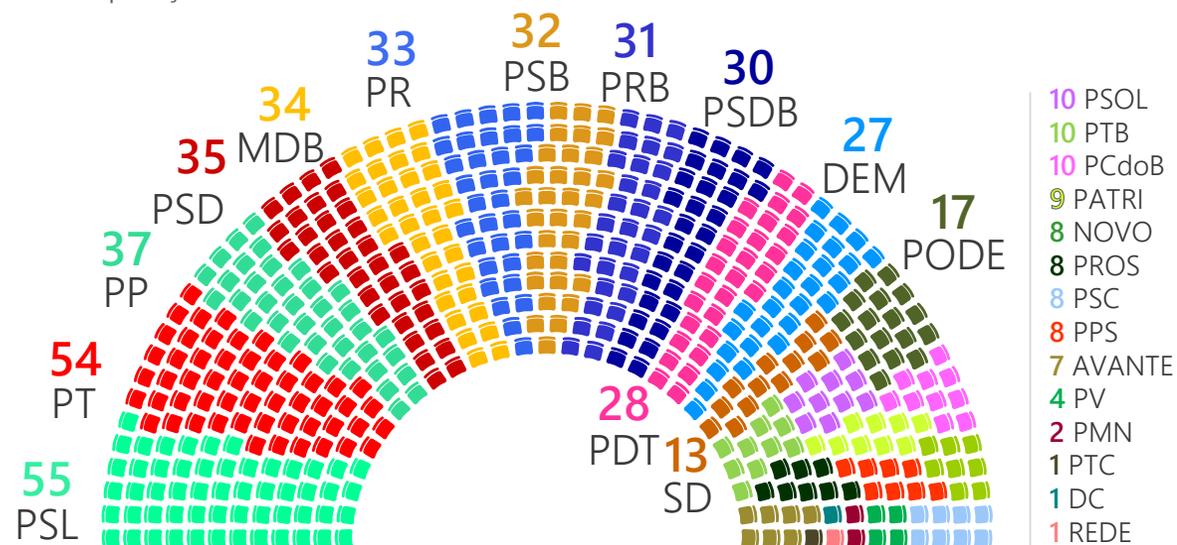
PSOL/RJ



Blocos partidários

Como os partidos se juntaram para disputar as comissões

- As bancadas levaram em conta o troca-troca de parlamentares em partidos que não atingiram o desempenho mínimo nas urnas. As mudanças devem continuar nos próximos dias e disputas judiciais também podem alterar a composição das bancadas.
- Os blocos foram formados considerando as bancadas eleitas em 2018. São relevantes para determinar a divisão das vagas nas comissões, mas não influenciam na contagem de votos para formar base e oposição.



Sem bloco: Novo(8) e PMN (2)

Bancadas temáticas

As bancadas temáticas são historicamente eficientes na coordenação de votos em matérias que afetam seus interesses específicos. Reformas ou temas impopulares acabam dependendo de um maior poder de influência sobre os parlamentares.

Tal poder ainda está concentrado na mão dos partidos políticos, com o fechamento de questão, indicação para Comissões e cargos, acesso ao fundo eleitoral e partidário.

Bancada do Agronegócio

Principais stakeholders:



Alceu
Moreira
MDB/RS



Pedro
Lupion
DEM/PR



Luis Carlos
Heinze
PP/RS



Neri
Geller
PP/MT

Prioridades:

- Licenciamento ambiental
- Lei Kandir
- Direito de propriedade e Segurança no campo
- Infraestrutura e logística
- Defesa sanitária
- Alterações na legislação trabalhista rural

Bancada da Segurança

Principais stakeholders:



Delegado
Éder Mauro
PSC/PA



Felipe
Francischini
PSL/PR



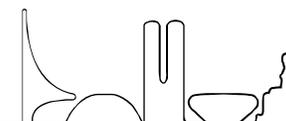
Rogério
Peninha
MDB/SC



Capitão
Styvenson
REDE/RN

Prioridades:

- Flexibilização do Estatuto do Desarmamento
- Redução da maioria penal
- Regras mais rígidas para progressão de regime
- Ampliação do limite de pena
- Porte de arma rural



Bancadas temáticas

Bancada da Bíblia

Principais stakeholders:



João
Campos
PRB/GO



David
Soares
DEM/SP



Sóstenes
Cavalcante
DEM/RJ



Aroldo
Martins
PRP/PR

Prioridades:

- Escola sem Partido
- Redução da maioria penal
- Estatutos da Família e do Nascituro
- Endurecimento da legislação antidrogas

Bancada da Educação

Principais stakeholders:



Professora
Dorinha
DEM/TO



Tábata
Amaral
PDT/SP



Raul
Henry
MDB/PE



Tiago
Mitraud
NOVO/MG

Prioridades:

- Novo Fundeb
- Sistema Nacional de Educação
- Educação Conectada
- Primeira Infância
- Reajuste do piso salarial dos professores

Bancada da Saúde

Principais stakeholders:



Carmen
Zanotto
PPS/SC



Alexandre
Padilha
PT/SP



Hiran
Gonçalves
PP/PR



Liziane
Bayer
PSB/RS

Prioridades:

- Câncer
- Câncer de mama
- Planos de saúde
- Doenças raras
- Pesquisas clínicas



Movimentos de renovação

Dentre as novidades da última eleição, saíram fortalecidos os movimentos de renovação (RenovaBR, MBL, RAPS).

Resta entender a coesão de atuação e força dentro do Congresso nos próximos quatro anos.

Mas esses grupos tenderão a funcionar como uma força que resistirá à tentativa de o 'velho' Congresso enquadrar o 'novo'.



RenovaBR



Felipe
Rigoni
PSB/ES



Vinicius
Poit
NOVO/RJ



Paulo
Ganime
NOVO/RJ



Marcelo
Calero
PPS/RJ



RAPS



Eduardo
Costa
PTB/PA



João
Campos
PSB/PE



Franco
Cartafina
PHS/MG



Prof. Luiz
Flávio Gomes
PSB/SP



MBL



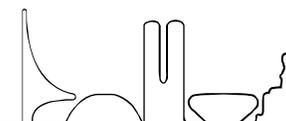
Filipe
Barros
PSL/PR



Kim
Kataguir
DEM/SP



Paulo
Martins
PSC/PR



Radiografia | Câmara dos Deputados

Novos ou "novos"



Dep. Policial
Katia Sastre
PR/SP



Dep. Joenia
Wapichana
REDE/RR



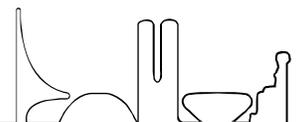
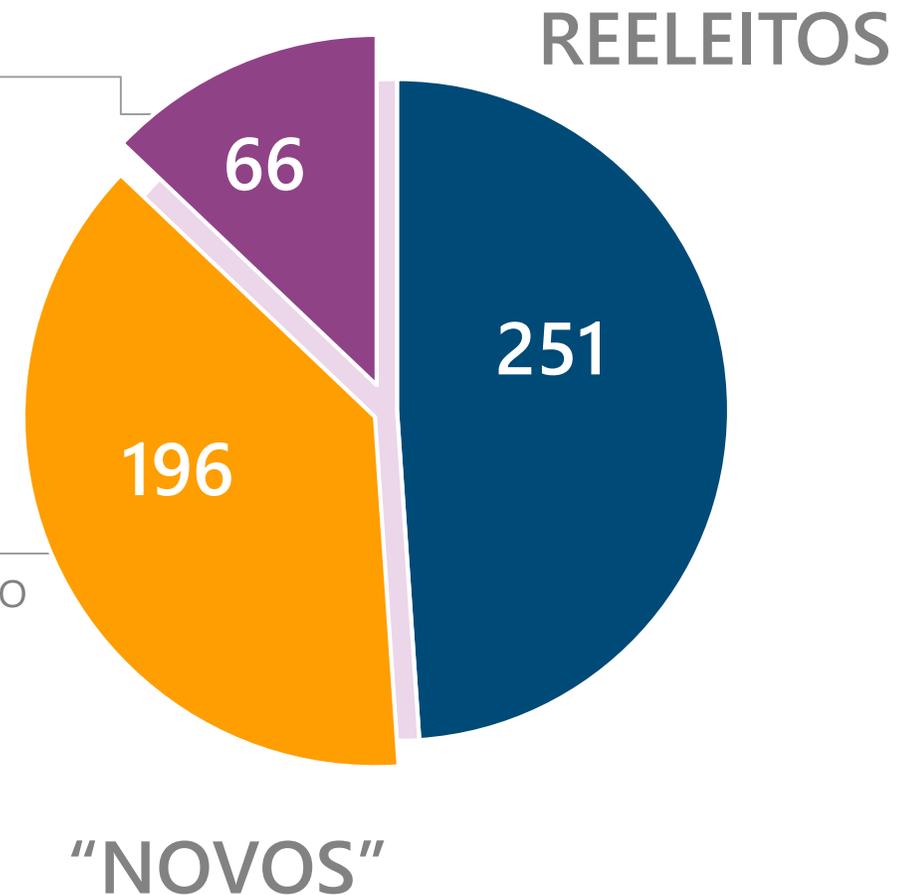
Dep.
Aécio Neves
PSDB/MG



Dep. Otto
Alencar Filho
PSD/BA

13% do total
nunca ocupou cargo
público, mandato,
nem têm parentes
na política.

38% do total
já ocupou algum cargo
público, mandato, ou
têm parentes na
política



Senado Federal

Pressão das ruas e articulação da Casa Civil elegem Davi Alcolumbre (DEM/AP)



Mesa Diretora

Senado Federal



Davi Alcolumbre
Presidente

Eleito com **42** votos

Esperidião Amin PP/SC	13
Angelo Coronel PSD/BA	8
Reguffe Sem Partido/DF	6
Renan Calheiros MDB/AL	5
Fernando Collor PROS/AL	3



1º Vice-presidente

A definir

- Substitui o Presidente em suas ausências ou impedimentos;
- Na ausência do presidente, promulgar Leis.



2º Vice-presidente

A definir

- Substitui o 1º vice-presidente em suas faltas e impedimentos.



1º Secretário

A definir

- Medidas administrativas.



2º Secretário

A definir

- Ata das sessões.



3º Secretário

A definir

- Auxiliar o Presidente na apuração das eleições.

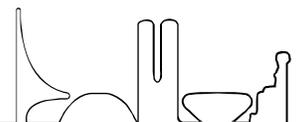


4º Secretário

A definir

- Semelhante ao 3º secretário.

Obs.: A mesa diretora do Senado Federal será definida apenas após o dia 04 de fevereiro.



Principais Lideranças



Líder de Governo
A definir



Líder da Oposição
A definir



Senador
Eduardo Braga
MDB/AM



Senador
Roberto Rocha
PSDB/MA



Senador
Daniella Ribeiro
PP/PB



A definir
PODE



Senador
Randolfe Rodrigues
REDE/AP

Outras Lideranças

PSL – Major Olímpio (SP)
PPS – Eliziane Gama (MA)
PSB – A definir



Senador
Otto Alencar
PSD/BA



A definir
DEM



Senador
Humberto Costa
PT/CE



Senador
Weverton Rocha
PDT/MA



A definir
PROS

PR – A definir
PRB – Mecias de Jesus (RR)

Atribuições

- Encaminhar votação no Plenário com orientação de bancada e fechamento de questão.
- Indicar os membros da bancada para compor as Comissões e, a qualquer tempo, substituí-los.
- Participar dos trabalhos de qualquer Comissão de que não seja membro, sem direito a voto, mas podendo encaminhar votação ou requerer verificação.



Mapa de influência – Davi Alcolumbre

Senadores próximos do presidente do Senado



Radiografia da base e da oposição

Tamanho, blocos e perspectivas

29

Base governista

O núcleo duro da base do governo será insuficiente para comandar a pauta do Senado. Inexperiente e ainda sem liderança definida, a base "fiel" ao governo dependerá dos partidos tradicionais, como os tucanos e os peemedebistas.



Major Olímpio

PSL/SP



Selma Arruda

PSL/MT



Marcos Rogério

DEM/RO

37

Apoio condicionado

Os ditos 'independentes' juntam partidos que não fizeram parte da aliança de Bolsonaro e 'dissidentes' de legendas que querem aderir ao Planalto, mas esperam pelas propostas do governo.



Fernando Bezerra

MDB/PE



Tasso Jereissati

PSDB/CE



Oriovisto Guimarães

PODE/PR

15

Oposição

A oposição moderada foi a regra nos últimos anos. A moderação ainda deve continuar como a palavra de ordem. O PT foi isolado. Bloco do PDT-REDE-PSB-PPS-Reguffe (15 senadores) ganha força.



Cid Gomes

PDT/CE



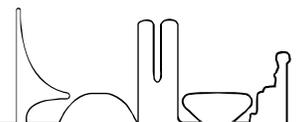
Jaques Wagner

PT/BA



Eliziane Gama

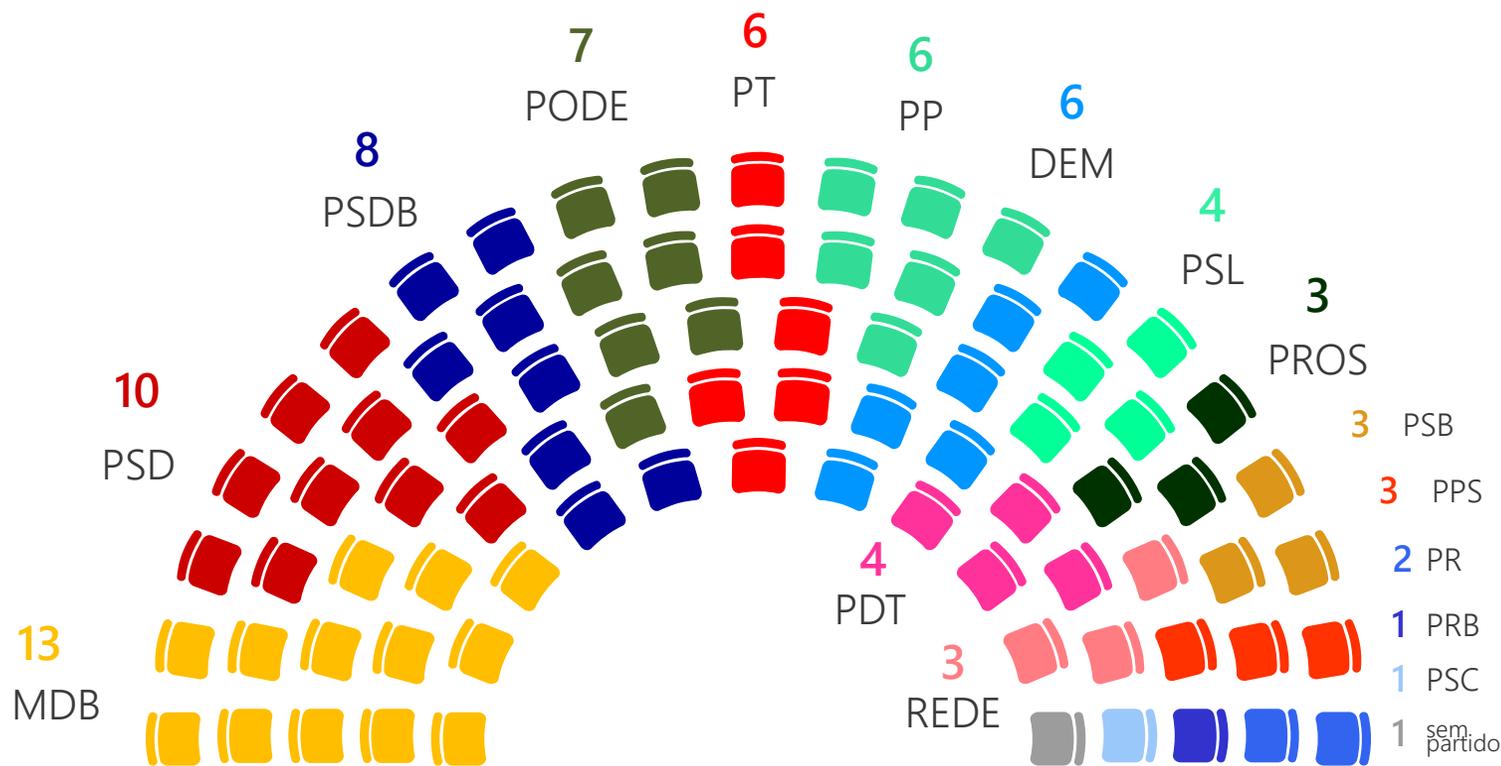
PPS/MA



Partidos e Blocos

Fragmentação do Senado diminuiu, e formação de blocos fica para 2ª feira

- Ao contrário da Câmara, que elegeu rapidamente seu presidente e a Mesa e formou os Blocos para ocupar proporcionalmente as Comissões, a sessão tumultuada e longa do Senado adiou para 2ª feira duas etapas da abertura do Legislativo.
- Os senadores ainda vão escolher, também pelo voto, a composição da Mesa, além de negociar a formação de Blocos, que vão definir a proporcionalidade no rateio das Comissões.
- O troca-troca partidário baixou de 21 para 16 o número de partidos com representação na Casa.



Radiografia | Senado Federal

Novos ou "novos"



Sen. Eduardo Girão
PROS/CE



Sen. Fabiano Contarato
REDE/ES



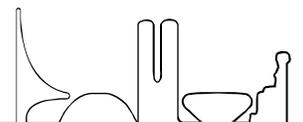
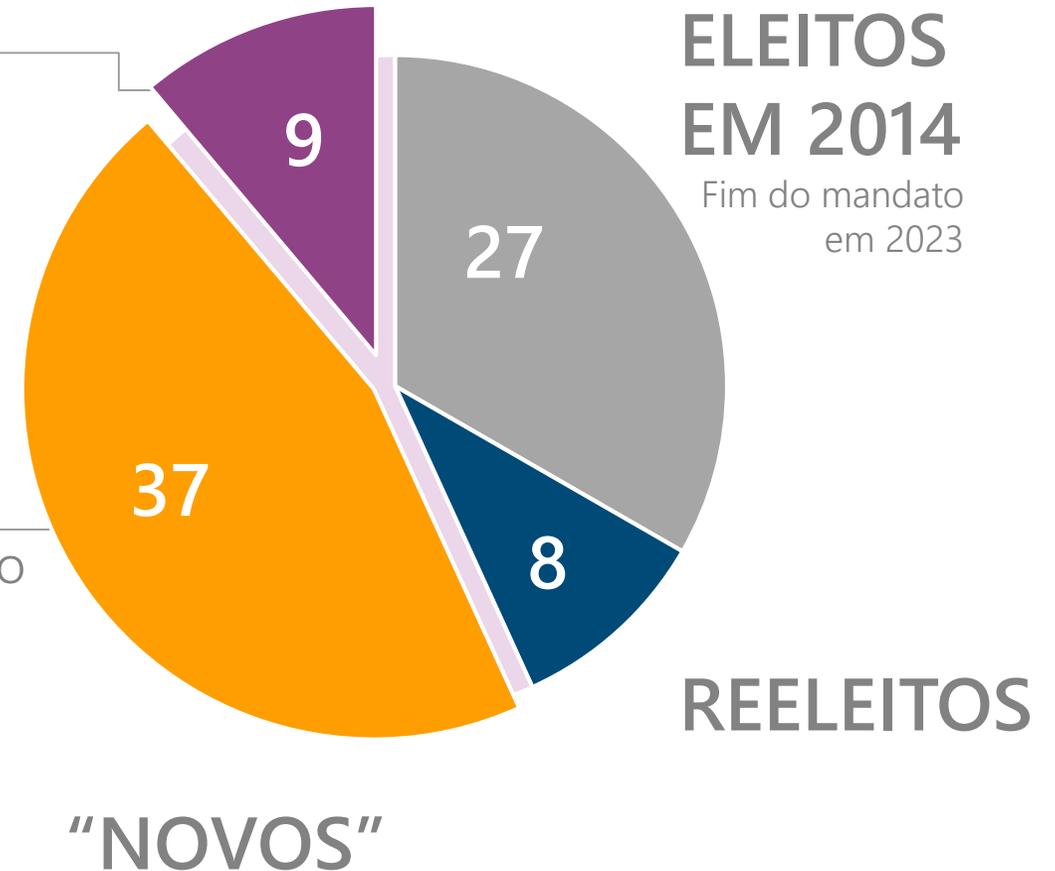
Sen. Esperidião Amin
PP/SC



Sen. Jarbas Vasconcelos
MDB/PE

11% do total
nunca ocupou cargo público, mandato, nem têm parentes na política.

45% do total
já ocupou algum cargo público, mandato, ou têm parentes na política



Desafios

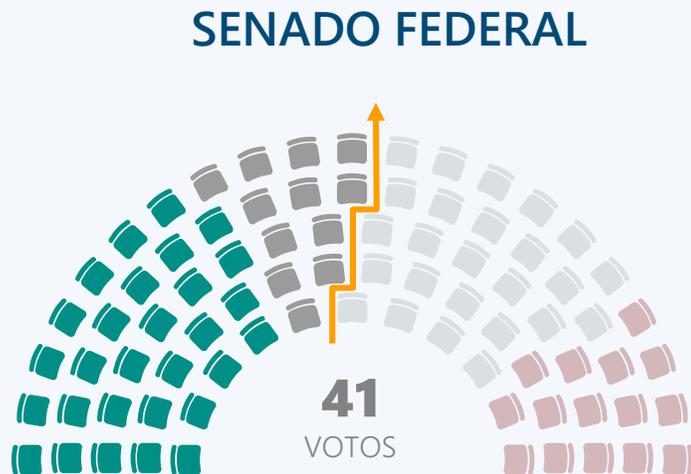
O que esperar do Congresso no 1º semestre? Maia faz alerta sobre a Previdência



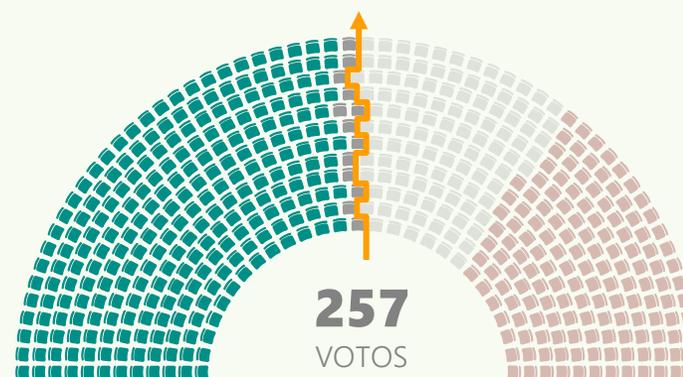
Quórum em cada Casa

Governo ainda precisa conquistar votos para as principais votações

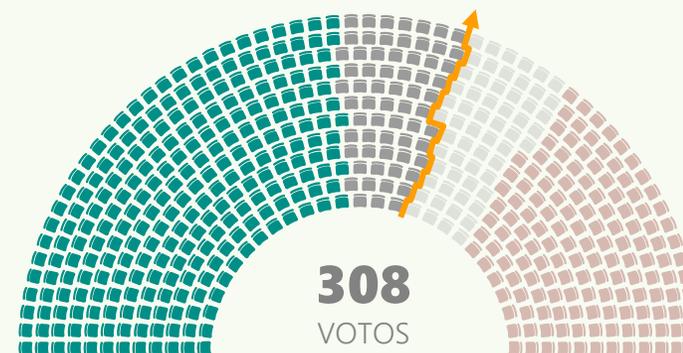
Aprovação de
Projeto de Lei
Complementar



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Aprovação
de PEC



Principais projetos | Reforma da Previdência

Maia alerta: PEC da reforma do governo Bolsonaro deve começar do zero



Minutos depois de ser eleito para o 3º mandato de Presidente da Câmara, o dep. Rodrigo Maia (DEM/RJ) fez um alerta: disse, explicitamente, que a PEC da Reforma da Previdência, que o governo deve enviar à Câmara na 2ª quinzena deste mês, deve seguir uma tramitação normal: passar pela admissibilidade na Comissão de Constituição e Justiça (CCJC), ser submetida a debate, emendas e votação em uma Comissão Especial e depois seguir para o Plenário. Parte do governo Bolsonaro defende que a PEC enviada agora pode ser apensada à PEC 287/16, funcionando como

emenda aglutinativa à reforma do governo Temer, que já está no plenário e, por isso, já passou pela CCJC e a Comissão Especial. Maia foi taxativo: **‘Qualquer texto novo vai seguir o trâmite regimental normal (...) Apressar o processo seria uma supressão dos direitos dos parlamentares eleitos e que acabaram de assumir’**. Os perfis dos parlamentares já levantados e analisados pela PATRI mostram que o governo deve evitar atalhos que possam criar ruídos com o novo Legislativo porque, à partida, o governo Bolsonaro tem à sua disposição o maior conjunto de deputados e

Reforma da Previdência

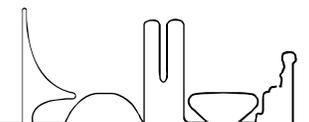
O governo deve enviar uma PEC nova à Câmara, que pode ser usada como emenda aglutinativa para mudar a PEC 287/16, que está no Plenário e é a proposta de reforma do governo Temer.

Timing:



A PEC 287 aguarda votação no Plenário da Câmara.

senadores de perfil liberal-fiscalista (pró-reforma da Previdência e ajuste fiscal). O analista político Antônio Queiroz (DIAP) resume: ‘Poucos governos encontraram um ambiente político tão favorável às mudanças estruturais, com a população consciente – ou doutrinada – sobre a necessidade de reformas liberais e fiscais. A intervenção na economia e o gasto perdulário, que inclusive levaram ao afastamento da ex-presidente Dilma, assim como a corrupção e a excessiva burocracia, são rechaçados pela sociedade e pelo mercado, tendo ampla ressonância no Parlamento.’



Principais projetos

Economia

Código Comercial

PLS 487/13

A Reforma do Código tem por objetivo regular a relação entre as empresas. No final do ano foi aprovado substitutivo na Comissão Temporária.

Timing:



Aguarda deliberação no Plenário do Senado.

Desvinculação das Receitas

O min. Paulo Guedes (Economia) adiantou que pode avançar com a desvinculação de parte das receitas da União. A medida dependeria da aprovação de uma PEC.

Timing:



Aguarda envio do texto ao Congresso.

Regra de Ouro

O governo deverá enviar um projeto de crédito (suplementar ou especial) para viabilizar as despesas que desequilibraram a regra de ouro.

Timing:



Aguarda envio do texto ao Congresso.

Licitações

PL 1292/95

A Reforma da Lei de Licitações foi aprovada na CESP da Câmara e aguarda deliberação pelo Plenário. Se aprovada com as alterações, deve retornar para análise do Senado.

Timing:



Aguarda votação no Plenário da Câmara.

Independência do Bacen

Até então, falava-se em autonomia e não independência. Com independência, o BC também definiria as metas de inflação, hoje definidas pelo CMN.

Timing:



Aguarda envio do texto ao Congresso.

PLP 200/89 ou PLP 32/03

Ambos estão na Câmara e, apesar, do PLP 200 ter constado na pauta do Plenário em 2018, o PLP 32 é de autoria do Rodrigo Maia e pode ter pedido de urgência apresentado.

Timing:



Aguarda votação no Plenário da Câmara.



Principais projetos

Economia

Tributação de bebidas açucaradas

PL 8541/17

A sociedade civil deve continuar pressionando para aprovar projetos que aumentam a tributação de alimentos e bebidas açucaradas.

Timing:



Aguarda votação na CSSF

Lei de Falências

PL 10220/18

Atualiza a legislação referente à recuperação judicial, à recuperação extrajudicial e à falência do empresário e da sociedade empresária. Está apensado ao PL 6229/05.

Timing:



Aguarda criação de nova CESP na Câmara.

Lei de Finanças

PLP 295/16

O projeto propõe alterações na Lei de finanças públicas. Ainda não foi definido se o Governo irá apresentar novo projeto ou alterar o PLP 295/16, já aprovado pelo Senado.

Timing:



O PLP 295 aguarda criação de nova CESP na Câmara

Infraestrutura

Demarcação de Terras

PEC 215/00

Transfere para o Legislativo a atribuição de demarcar as terras indígenas e quilombolas. O tema vem sendo defendido pela equipe de Bolsonaro desde a campanha eleitoral.

Timing:



Aguarda votação no Plenário da Câmara.

Segurança Hídrica

O Governo deve enviar novo texto sobre o Plano Nacional para construção de barragens, sistemas adutores, canais e eixos de integração de recursos hídricos regional.

Timing:



Aguarda envio do texto ao Congresso.

Marco de Telecom

PLC 79/16

A equipe econômica do novo Governo demonstrou interesse na aprovação da matéria, que aguarda votação no Senado.

Timing:



Aguarda análise das emendas de Plenário na CCT



Principais projetos

Institucional

Combate à Corrupção

Sérgio Moro prepara um pacote anticorrupção e contra o crime organizado. Deve incorporar algumas das 70 medidas propostas pela Transparência Internacional e FGV.

Timing:



Aguarda envio do texto ao Congresso.

Fim do Foro Privilegiado

PEC 333/17

Sérgio Moro defende que o fim da prerrogativa seja para todas as autoridades, incluindo os magistrados.

Timing:



Aguarda análise pelo Plenário da Câmara.

Prisão em 2ª instância

PEC 410/18

É uma das principais bandeiras de Sérgio Moro, com apoio do presidente Jair Bolsonaro. A medida permite a prisão imediata de réus condenados pela Justiça em 2ª instância.

Timing:



Aguarda análise pela CCJC da Câmara.

Código de Processo Penal

PL 8045/10

Sérgio Moro quer propor mudanças no Código, como o endurecimento da lei para extinção das prescrições de crimes, além de rever critérios de progressão de penas.

Timing:



A CESP deverá ser recriada.

Agências Reguladoras

SCD 10/18

Em 2018, a CCJ rejeitou emendas da Câmara que permitiam a indicação política em estatais e agências e também era esperada a solicitação de urgência à matéria.

Timing:



Aguarda análise das emendas da Câmara na CTFC

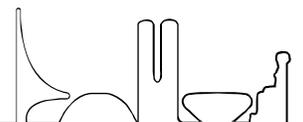
Alterações no Sistema S

O min. Paulo Guedes (Economia) defende corte de gastos no Sistema S e estuda acabar com a obrigação de pagamento ao Sistema pelas empresas.

Timing:



Aguarda envio do texto ao Congresso.



Comissões Parlamentares de Inquérito são para forçar negociações

Os parlamentares já sinalizaram a intenção de começar os trabalhos com algumas investigações, por meio de CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito). As CPIs têm poderes equiparados aos das autoridades judiciais e policiais.

Na Câmara, são necessárias 171 assinaturas e um fato determinado, um acontecimento relevante para o Brasil. A Casa obedece a uma “fila” de requerimentos apresentados e somente 5 CPIs podem funcionar ao mesmo tempo.

No Senado, são necessárias 27 assinaturas e não há limite para o funcionamento de CPIs.

Caso Fabrício Queiroz

Dep. Gleisi Hoffmann – PT/PR
Dep. Rogério Correia – PT/MG

“Só uma CPI no Congresso, formada de maneira independente, com parlamentares de todos os campos, será capaz de desvendar a maracutaia em que se meteu a família Bolsonaro” – Rogério Correia.

Mineradoras | Brumadinho

Sen. Randolfe Rodrigues (REDE/AP)
Sen. Otto Alencar (PSD/BA)

“No Brasil, são mais de 1.000 barragens cadastradas de rejeitos de minérios. A situação de Minas é uma situação de bomba-relógio. Isso precisa de uma investigação mais detalhada por parte do Congresso Nacional. Esse é um assunto nacional” – Randolfe Rodrigues.

CBF, COB e Federações

Sen. Romário – PODE/RJ
Sen. Jorge Kajuru – PSB/GO

“Quero procurar gente de bem com a coragem, que não vai recuar lá na frente, para abrir a caixa preta da CBF, do COB e das federações. Espero que agora os velhacos da bancada da bola não tenham mais voz. A estrada está limpa” – Jorge Kajuru.





Líder no mercado brasileiro em prestação de serviços na área de public affairs, foi fundada no Brasil em 1986 durante o período de redemocratização do país após 21 anos de regime militar. A criação e o desenvolvimento de nosso trabalho se confundem com o processo de construção da democracia e do Estado de Direito no Brasil.

Com mais de 30 anos de experiência no Brasil (escritórios em Brasília, DF e São Paulo, SP) e há mais de 20 anos presente em Washington, D.C. (E.U.A.), temos sólido conhecimento sobre o processo de formulação de políticas públicas no Brasil e sobre o seu complexo ambiente de negócios.



Brasil

patripoliticaspUBLICAS@patri.com.br

Brasília

SAF Sul Quadra 02, Bloco D

Edifício Via Esplanada, Salas 103 a 106

Fone: (61) 3327-2606 - Fax: (61) 3327-1619

São Paulo

Rua Olimpíadas, 134 – 5º andar – Cj. 52

Condomínio Alpha Tower Vila Olímpia

Tel.: 55 (11) 3079-4533 - Fax: 55 (11) 3079-2202



Estados Unidos

Washington, DC

1101 17th Street, NW – Suite 1010

Tel.: 1 (202) 822-6420 – Fax: 1 (202) 822-6423

